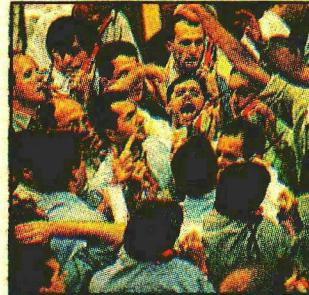


L.C.Leite/AE



Agitação nos mercados
Saldo cambial fecha negativo em quase R\$ 1 bilhão e bolsa opera com volatilidade. Página 14

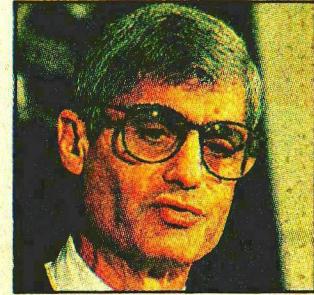
O ESTADO DE S. PAULO & NEGÓCIOS / 1º CADERNO

Economia

QUINTA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 1998

A Brasil

Cautela no exterior
EUA esperam sinal do Congresso para definir ajuda ao País, diz Rubin. Pág. 12



Reuters

Conta do ajuste fiscal chega a R\$ 28 bilhões

Programa anunciado ontem pelo governo estima queda de 1% do PIB em 1999 e redução das taxas de juros para uma média de 21,89%

RIBAMAR OLIVEIRA
e LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI

BRASÍLIA - O governo apresentou ontem um programa de ajuste das contas públicas que exigirá um esforço fiscal em 1999 de R\$ 28,010 bilhões, o equivalente a 3,08% do Produto Interno Bruto (PIB). O programa prevê que a economia brasileira registrará no próximo ano um crescimento negativo de 1% e que as taxas de juros terão uma trajetória decrescente. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que a retração do crédito internacional obrigou o governo a abandonar a sua estratégia gradualista de combate ao déficit público e a adotar um programa mais duro. "O tempo do gradualismo se encurtou enormemente", disse Malan. "Temos que dar respostas à altura dos desafios".

O texto com o resumo das medidas, divulgado pelo Ministério da Fazenda, diz que "o desafio está posto: a trajetória atual é de inequívoca insolvência fiscal". De acordo com o documento, "ou bem o Brasil corrige definitivamente o desequilíbrio de suas contas e avança no caminho da estabilidade e do desenvolvimento sustentado ou permite ver-se lançado ao azar da conjuntura, correndo risco extraordinário de perder as conquistas que alcançou arduamente nos últimos quatro anos, com o grave comprometimento de suas perspectivas futuras de crescimento, geração de empregos e redução das desigualdades".

O esforço fiscal será maior do que o inicialmente previsto porque o setor público apresentaria um déficit primário (despesas menos receitas, sem incluir o pagamento de juros) de R\$ 11,624 bilhões em 99 se nada fosse feito. Como o superávit primário em 1999 negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) é de 2,6% do PIB, o esforço fiscal terá que ser de R\$ 28,010 bilhões.

O governo anunciou um corte de R\$ 8,7 bilhões no Orçamento do próximo ano, a elevação da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,38%, o aumento da alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 2% para 3% do faturamento das empresas e a elevação de 20% para 40% da desvinculação de receitas orçamentárias feitas pelo Fundo de Estabilização Fiscal. Mas não incluiu no seu programa o imposto sobre combustíveis ou restrições à compra com cartão de crédito no exterior, como inicialmente se especulou.

A maior parte do esforço no primeiro ano do programa será feita pelo governo federal, que terá que registrar um superávit primário de

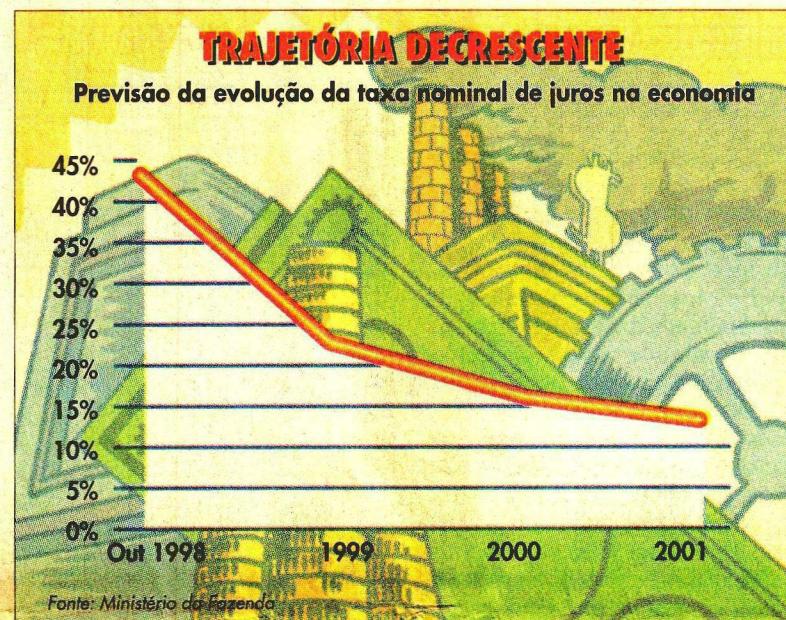
1,8% do PIB. Os Estados e Municípios farão um superávit primário de 0,4% do PIB e as empresas estatais outros 0,4% do PIB. Uma grande contribuição para o ajuste será feita pelos servidores públicos. Os funcionários ativos terão a alíquota de contribuição previdenciária elevada e os inativos passarão a pagar contribuição.

Os gastos dos Estados e municípios com seus regimes previdenciários públicos ficarão limitados a 12% de suas receitas líquidas. E um projeto de lei vai alterar a Lei Rita Camata, que limita os gastos com o pagamento de salários de funcionários ativos e inativos dos Estados e municípios em 60% da receita líquida e reduz esse teto para a União em 50%. "Será uma Lei Rita Camata turbinada", disse o ministro Pedro Malan. A ideia do governo é estabelecer punições para os governos estaduais e municipais que não se enquadram no limite de gastos. Os projetos que vão regularizar a reforma administrativa definirão as regras que permitirão a governadores e prefeitos demitir o pessoal excedente.

Do ajuste total de R\$ 28,010 bilhões em 1999, R\$ 13,3 bilhões virá da elevação da receita tributária. A redução de gastos será de R\$ 8,7 bilhões e o aumento de receita do sistema previdenciário público será de R\$ 2,6 bilhões. As medidas estruturais, ou seja, as reformas administrativa e previdenciária, vão contribuir com R\$ 3,5 bilhões.

JUROS - As taxas de juros terão trajetória decrescente ao longo dos próximos três anos. Mas as taxas não deverão cair já, avisou o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. As projeções utilizadas pelo governo para elaboração do programa de ajuste consideram que a taxa ficará em torno de 20% ao ano em outubro de 1999. Atualmente estão em torno de 43%.

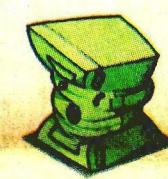
A previsão do governo é de que a taxa média Selic fique em 21,89% em 1999, 16,88% no ano 2000 e 13,37% no ano 2001. Mas o Ministério da Fazenda alertou que a trajetória de juros é apenas uma projeção utilizada como parâmetro na elaboração do programa de ajuste e não significa que o Banco Central irá executá-la. "O BC tem autonomia na definição dos juros", disse Bier. O ministro da Fazenda enfatizou em seu pronunciamento que o conjunto de medidas anunciado ontem "é ininteligível fora do contexto de mudanças estruturais". Segundo ele, são as reformas constitucionais e as mudanças no regime fiscal que vão garantir o equilíbrio definitivo das contas públicas no Brasil. Acrescentou que a médio e longo prazo o objetivo é desconcentrar o aperto nos gastos de custeio e investimento.



Malan fala do pacote fiscal, no auditório do Ministério da Fazenda: o governo só aceita trocar medidas do ajuste por outras que tenham o mesmo efeito em termos de arrecadação

PRINCIPAIS MEDIDAS	
MENOS GASTOS	
Previsão de corte de R\$ 8,7 bilhões nos gastos do governo em 1999.	Estatais federais devem cortar R\$ 2,7 bilhões (0,29%) em despesas entre 1999 e 2001.
Medidas de efeito imediato para reduzir a renúncia fiscal e combater a sonegação das contribuições para a segurança social. Espera-se ganhar R\$ 2 bilhões no primeiro ano de vigência.	abrange 446.942 servidores e deverá render R\$ 1,7 bilhão.
Instituição da alíquota de contribuição de 11% para os servidores inativos e os pensionistas civis. A medida	Adoção da alíquota temporária adicional de 9% para a remuneração de servidores superior a R\$ 1.200. A medida será válida por cinco anos e representará ingresso anual de R\$ 2,7 bilhões. Serão atingidos 488.989 servidores.
MAIS RECEITA	
Prorrogação da CPMF, com elevação da alíquota para 0,38% em 1999 e 0,30% em 2000 e 2001.	Elevação da alíquota da Cofins em 1 ponto porcentual, admitida a compensação com o IRPJ. As empresas optantes pelo Simples não serão afingidas.
Equalização do tratamento tributário da Cofins. O projeto de lei complementar 215/97 visa a universalizar a incidência da Cofins.	Incorporação dos depósitos judiciais à Receita Tributária Corrente.

IMPOSTO
SOBRE
COMBUSTÍVEIS
FOI EXCLUÍDO



do Brasil (Anfip) e o FMI. "O Brasil não pode mais depender da CPMF para gerar receita", disse Bier. "A CPMF é um imposto que não tem a menor eficiência fiscal. O Brasil não pode mais depender da CPMF para gerar receita", disse Bier.

O governo anunciou um corte de R\$ 8,7 bilhões no Orçamento do próximo ano, a elevação da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,38%, o aumento da alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 2% para 3% do faturamento das empresas e a elevação de 20% para 40% da desvinculação de receitas orçamentárias feitas pelo Fundo de Estabilização Fiscal. Mas não incluiu no seu programa o imposto sobre combustíveis ou restrições à compra com cartão de crédito no exterior, como inicialmente se especulou.

A maior parte do esforço no primeiro ano do programa será feita pelo governo federal, que terá que registrar um superávit primário de